

RESENHA

*Wadislau Martins Gomes**

COLLINS, Gary R. **Aconselhamento cristão**: edição século 21. São Paulo: Vida Nova, 2004.

Gary Collins é conhecido no Brasil por meio de seus escritos e também pessoalmente, sendo notória sua sinceridade quanto a sua visão do aconselhamento. O presente livro é uma revisão do anterior (p. 9), com um feliz adendo ao título: “edição século 21”. O material exposto compreende os temas necessários para um texto sobre introdução ao aconselhamento: aconselhamento cristão, Bíblia, igreja, conselheiro, aconselhando, processo e advertência, técnicas, problemas mais frequentes, definições, explicações, aplicações e sugestões. Tudo é abordado de maneira simples, direta e com conhecimento (dentro da visão do autor). Ele é feliz no tratamento de itens e aspectos separados em cada uma das seções. Não são exemplos que se somam aqui e ali, mas o livro mostra consistência argumentativa.

Por que deveria ser lido? Com efeito, é um bom trabalho, considerando a proposta do autor. Não me refiro propriamente ao propósito de auxiliar líderes no trabalho de aconselhamento (p. 11), mas à proposta que permeia o volume, sem referência explícita. Há muito ouro nessas páginas, contudo, o leitor deverá atentar a algumas das pressuposições que norteiam a posição do autor, as quais poderão comprometer a proposta de um aconselhamento distintamente cristão ou bíblico. As razões disso, eu creio, é que boa parte da riqueza do livro é *ouro de aluvião*: as pepitas e o pó de ouro estão nas margens de um rio de pensamento não bem definido, e a quase ausência de proposta é o próprio leito móvel em que navegam as pressuposições.

Um exemplo dessa *quase* ausência pode ser visto na *quase* aprovação da proposta de um aconselhamento *eclético* (p. 54), que transparece desde as

* Professor visitante de Aconselhamento Cristão no Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper.

primeiras páginas do livro. A questão é que Collins, expressando lealdade à Bíblia e à teologia (p. 18, 23, 24), não labora até as últimas consequências sobre suas bases principais. Ele não leva em conta que o círculo do pensamento bíblico tem um único ponto pertinente, exclusivo e excludente (o ponto do círculo). Em outras palavras, ele traça um círculo de limite, mas pontilhado de pressuposições ecléticas, assumidas, como ele crê, na base de concordância com pontos da Palavra de Deus (p. 24), mas sem cuidar de diferenciar as cosmovisões. Apesar de reconhecer que “nenhum conselheiro é absolutamente neutro” (p. 18), Collins não toma isso como sendo um limite para o escrutínio do pensamento secular. A Bíblia mesma estabelece que nenhuma teoria humana é neutra, e que todas elas tendem à rebeldia do coração, isto é, na mente e nos atos do corpo (ver Rm 1.18-32; 1Cr 28.9).

A falha em considerar que as diferenças de cosmovisões brotam do coração e não da observação científica ou da intuição do senso comum, leva o autor a alguns usos de teorias menos acuradas. De fato, são conceitos que fazem parte da idéia da plausibilidade que sempre tem dominado as visões da cultura secular. As diferenças entre o pensamento decaído e o pensamento cristão, e as diferenças entre cosmovisões internas do pensamento secular e da cristandade – tanto as irreconciliáveis quando as universais – existem porque o coração do homem é enganoso e corrupto (cf. Jr 17.9). Assim, quando defende um ecletismo psicológico e bíblico/psicológico, mesmo que argumente em favor da supremacia da Escritura e da *influência* do Espírito Santo (condição *sine qua non* para o aconselhamento cristão), Collins deixa de discernir alguns pontos básicos.

Um desses pontos é que, na proposta de escrutinar os pensamentos à luz da Bíblia e da ação interna do Espírito (p. 21), Collins não leva todo pensamento cativo ao Senhor (2Co 10.5), por mais que exalte o exemplo da obra e da presença de Jesus (p. 40). Ora, é o próprio Espírito de Cristo, na Bíblia, que afirma que quem tem o Espírito julga todas as coisas e o homem natural (*psychicos*, psíquico) não pode entender o próprio homem (cf. 1Co 2.7-16). Assim, quando fala da preferência da teologia à sabedoria dos homens, ele não pode evitar a equiparação da revelação de Deus com a observação humana (uma questão de tamanho e qualidade). Isso anula a distinção do aconselhamento cristão (ver p. 17-18). Ele não menciona haver qualquer dificuldade com a idéia de um participante de sua conferência, que defende que nada há de eminentemente cristão no aconselhamento: “Não existe procedimento cirúrgico cristão, nem mecânica cristã, nem culinária cristã, e muito menos aconselhamento cristão”. O senso comum e o bom pensamento cristão dizem que também ninguém costuma levar o carro ao médico nem o doente ao mecânico; nem a alma redimida ao *cura de almas* (Freud).

A mostra de que a disposição do coração leva aos atos do corpo está em como ele considera certos conselheiros que não se alinham ao seu ecletismo.

Por exemplo, ele diz que Jay Adams dispensa qualquer estudo psicológico (p. 23), o que não é correto segundo o próprio Adams, que diz: “Podemos aprender muito [dos psicólogos]. Eu certamente tenho... principalmente sobre o sono” (*What About Nouthetic Counseling?* Grand Rapids: Baker, 1976, p. 31). O que Adams rejeita é a transformação da observação científica em tratamento para o cristão.

Com maior simpatia quanto ao pensamento secular, ainda que tente fazer uma crítica cristã de algumas dessas teorias (p. 54, 92ss), Collins identifica termos bíblicos teológicos com termos das psicologias, quando seus significados não são correspondentes. Por exemplo, exortando os conselheiros a suprir suas necessidades em Deus e a não agir “por necessidade” (p. 28), ele não leva em conta que a totalidade do sistema de Freud é baseada no conflito da necessidade instintiva de gratificação interna e de aprovação externa. O mesmo é verdadeiro em relação a termos como autoconhecimento, autorrealização e auto-estima (p. 40, 92s). A falta de foco da cosmovisão eclética revela, pelo menos, tendências arminianas (que talvez seja o cerne da minha crítica calvinista).

Autoconhecimento, segundo Calvino, é inseparável do conhecimento de Deus. Portanto, o conhecimento que os incrédulos têm de si mesmos é distorcido na mesma proporção em que eles deformam e reprimem o conhecimento da verdade de Deus (ver, novamente, Rm 1.18). Sem condições de refletir a glória de Deus que é parte integrante da natureza humana, o homem sem (ou contra) Deus não poderá conhecer a si mesmo (Rm 3.23; 1Co 2.8, 14). É a decadência dessa imagem de Deus no homem que o impede de ter “auto-imagem” e que torna o termo inadequado para o cristão, posto que ele também não só não é autônomo, como é chamado para refletir a imagem de Cristo (2Co 4.1-7). Igualmente com o termo “auto-estima”: o Antigo e o Novo Testamento, por Palavra do Filho, deixam implícito que já nos amamos bastante, quando ordena que amemos a Deus acima de tudo e ao próximo *como* a nós mesmos (ver Mt 22.37-39; Dt 6.5). Assim, aquele que tem auto-estima ama a Deus e ao próximo, avaliando adequadamente a si mesmo e tendo em maior conta o interesse do outro (Rm 12.1-3).

Por essas razões, Collins, às vezes, não dá atenção à distinção entre algumas palavras chaves como, por exemplo, *método* e *técnica* (p. 18). Eclétismo é método, noutético é método, analítico é método, etc.; conversar, orar, evitar a Deus e daí por diante, descrevem técnicas. Por exemplo, Collins pergunta se poderíamos dizer que todo problema seja advindo do pecado, e responde que não viria *só* do pecado pessoal (p. 84) – e ele está meio certo; só se esqueceu que sempre advem da queda no pecado – do mundo, de nós contra outros, de outros contra nós e de outros contra outros. A raiz motivadora do pecado é um método da esfera de morte, descrita como rumos deste mundo e espírito de desobediência (Ef 2.1-2); suas técnicas são a maneira como andamos segundo as inclinações da carne e dos pensamentos rebeldes (Ef. 2.3). Assim, ao tratar

da ansiedade (p. 92ss), ele confunde causas e disparadores. A causa primária da depressão é o pecado, no físico ou na alma, pelos efeitos da queda, quer noéticos quer físicos, quer de responsabilidade pessoal, quer não. Os disparadores, sim, esses são mais ou menos como ele descreve.

Outro ponto de relevância basilar está ligado à cosmovisão do autor. Da mesma maneira como, pretendendo valorizar a superioridade da Palavra sobre o pensamento humano, ele acaba equiparando os dois ao colocá-los na mesma categoria, assim também erra na relação entre os âmbitos *espiritual* e *natural*. Na criação, a natureza funcionava segundo princípios espirituais, isto é, o acato amoroso e temeroso ao controle, presença e autoridade de Deus; na queda, a natureza passou a existir em uma esfera de rebelião contra o Espírito; na redenção, Deus quer que a natureza seja posta em submissão ao Espírito (Rm 8.19-23). Portanto, o círculo espiritual compreende todos os demais círculos, pois é a esfera da soberania de Deus (ver At. 17.24-28).

Isso afeta a visão do autor sobre alguns dos problemas mais frequentes em casos de aconselhamento cristão, tratados na Parte 2. O primeiro é o da ansiedade (p. 92-103), que é tratada por Jesus em termos de falta de confiança em Deus e não em termos de falta de satisfação de necessidades, como em Maslow (p. 96). Ainda, ele cita um dos textos bíblicos clássicos sobre ansiedade – “não andeis ansiosos” (Fp 4.6-7), que segue o imperativo de Jesus (Mt 6.19-34), mas continua a argumentação em termos de certa ineficácia da Palavra na vida de Ron e da validade das psicologias (p. 89-90). Certamente nem toda a aproximação está errada, mas a poluição do modelo permanece.

Afeta ainda a sua visão da solidão humana (p. 106-118). Mesmo que ele use a Bíblia como fonte de ilustração, Collins não propõe que a causa principal seja o afastamento de pessoas como custo da lealdade ao Senhor ou como resultado do pecado (nos três movimentos: do mundo e do seu usurpador, meus e dos outros). Dessa forma, tudo o que seria correto como ajuda acaba corrompido por causa da horizontalidade da aproximação eclética ao texto bíblico. A promessa de Jesus é de que jamais estaríamos sós (a verticalidade que ele apresenta é contemplativa e não uma que vem do alto, consumada e aplicada; ver João 14.17). Estar a sós com Deus é supremamente benéfico e separação de homens jamais deveria significar isolamento de Deus.

A seção menos afetada é aquela sobre depressão (p. 121-136). Mesmo assim, o autor diz que a depressão não é discutida na Bíblia; isso, talvez, pelo fato de ele olhar para o tema à luz do conceito cultural moderno de depressão. Como poderia Jesus dizer, à beira de enfrentar o desamparo divino sob o desespero do pecado (não foi simbolicamente que ele sofreu as nossas dores): “A minha alma está profundamente triste até à morte [gr., *perilupos*]” (Mt 26.38). Aí, sim, o autor poderia dizer que depressão *per se* não é pecado, mas que poderá ser fruto dele e se mover para ele, se não for pelo ânimo de Jesus (Jo 16.33).

O tema da ira (p. 139-154) também carece da aplicação teorreferencial. Collins coloca bem os pontos da validade da ira como instrumento para percepção da injustiça e da possibilidade de ser pecaminosa ou não (p. 141-142). Contudo, prefere se referir a definições seculares (p. 143-145) a centrar a causa da ira em Deus: “A estultícia do homem perverte o seu caminho, mas é contra o Senhor que o seu coração se ira” (Pv 19.3).

A seção sobre culpa (p. 157-170) mantém o mesmo padrão: Collins fala de *culpa teológica* e outros tipos de culpa (p. 158-160) como se essas gêneses fossem da mesma categoria. De novo, a culpa teológica compreende todas as culpas, uma vez que Deus é o ambiente de todo homem (At 17.28). Todo tipo de culpa, real, sentida ou imaginada, advém de uma culpa teológica, pois tanto transgredir a lei de Deus quem comete um ato pecaminoso quanto quem se esquece do perdão divino (ver Tg 2.10; 2Pe 2.9). Em “como evitar a culpa” (p. 169-170), o autor não menciona a solução eficaz: graça, paz e santidade (ver Lv 7.2; 1Ts 3.13; Hb 12.14-17).

Em consequência do desvio da cosmovisão reformada para uma “cosmovisão” eclética, os itens tratados nas demais partes ficam afetados. Por exemplo, a recorrência do dualismo “aspectos espirituais”/outros aspectos (p. 178) e da noção freudiana (de descendentes e dissidentes nas diversas escolas de psicologia) de “necessidades não satisfeitas” (p. 180). Na página 182, Collins parece admitir a possibilidade de que Deus, *perfeito*, cometa o mesmo erro que os pais humanos na criação de filhos, em vez de crer no perfeito desígnio divino e na contingência humana. Quanto às disposições dos diversos períodos da vida – adolescência, idade adulta, meia-idade, velhice (Parte 3) –, a preferência pela noção secular é justificada com um presumido silêncio bíblico, mas o livro de Provérbios está repleto de orientações para o jovem sob tutela (heb., *na’ar*, Pv 1.4, e *yalduwth* e *bachuwur* para menino e moço; ver Ec 11.9). O Novo Testamento usa *neaniskos* para descrever o jovem sob tutela (Mt 14.51) e Jesus, aos doze anos, é chamado de *pais* (Lc 2.43). A idade exigida para ir à guerra era de vinte anos (Nm 1.3-45, diversas vezes) e os limites para o serviço religioso estavam entre 25/30 e 50 anos (Nm 4.2-47, diversas vezes; 8:24, 25). Assim, os princípios de hermenêutica – conhecimento do contexto passado e aplicação presente – asseguram, em toda a Escritura, uma diretriz sobre esse assunto.

Finalmente, a Parte 4, cap. 21 (p. 371-384), e a Parte 8 (p. 658-695), respectivamente sobre inferioridade e auto-estima e sobre questões espirituais, não apresentam problemas no tratamento interno e se mostram confortáveis com o tratamento do assunto na Bíblia. O único problema é a colocação dessas seções primordiais no meio e no final do volume (não pela colocação em si, mas pelo tom geral do livro à luz das primeiras colocações). De fato, esses assuntos deveriam ser as bases para o tratamento geral do livro. Da maneira como está, perpetua a dicotomia entre questões da vida e vida espiritual. A

peça é uma boa exposição da cosmovisão cristã, levantando princípios sobre a finalidade da vida (p. 659) e perguntas sobre nossa existência: “onde estamos?”, “o que fazemos?”, “o que nos falta?” (p. 660-664) – além de localizar as lutas que enfrentamos (p. 665). Na conclusão, Collins fornece uma sentença que justifica minha impressão sobre a colocação do aspecto espiritual como uma sombrinha sobre os demais aspectos: “A abordagem e o curso de *qualquer processo* (ênfase minha) de aconselhamento dependem fortemente da natureza do problema”. Ora, se cremos que tudo tem a ver com Deus e que nosso relacionamento com ele apresenta três categorias – da criação, da queda e da redenção – todo problema tem, por natureza, envolvimento espiritual.